



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

OF. Nº 198/2022 – GP

Triunfo, 12 de setembro de 2022.

Senhores Vereadores:

Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar-lhes, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 143, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, o anexo projeto de lei que **“autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Triunfo”**, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores.

A justificativa que acompanha o expediente elucida as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

Murilo Machado Silva
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhora
Vereadora Marizete Cristina de Freitas Vaz
Digníssima Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Triunfo/RS.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

PROJETO LEI Nº 044/2022

Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Triunfo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, em cumprimento ao disposto no art. 143, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Triunfo, que, tendo a Câmara de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte

L E I:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros sob o regime de concessão ou permissão do serviço público, inclusive a título precário, assegurando a modicidade das tarifas, a generalidade do transporte público coletivo e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão do serviço público de transporte de passageiros.

§1º. Para fins desta Lei, subsídio tarifário é o aporte financeiro para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros, com a finalidade de reduzir o valor da tarifa pública cobrada dos usuários e incentivar a utilização do transporte público.

§ 2º. A concessão de subsídio tarifário está em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída por meio da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, Lei Municipal nº 3.115 de 29 de março de 2022, fazendo prevalecer o interesse público, assegurando a modicidade das tarifas, priorizando o transporte público coletivo e promovendo a melhoria da mobilidade das pessoas nos deslocamentos dentro do território municipal.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

Art. 2º. O aponte de valores ao sistema de transporte público de passageiros fica limitado ao valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) ao mês e se dará na modalidade de subvenção econômica, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º. O Subsídio autorizado no art. 1º se dará mediante compensação financeira dos impactos decorrentes do custo real da tarifa, devendo ser pago pela remuneração do custo do quilômetro rodado.

Parágrafo único: para fins de pagamento do quilômetro rodado, fica autorizado por esta Lei o valor de R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos), corrigidos anualmente, nos mesmos moldes do cálculo da tarifa do sistema de transporte público de passageiros do Município.

Art. 4º. O valor do subsídio será pago diretamente a(s) concessionária(s) ou ao consórcio operador do sistema de transporte público de passageiros até o último dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, observando a seguinte fórmula:

$$VS = (CQ \times QR) - (PE \times TP)$$

Onde:

VS = Valor do Subsídio

CQ = Custo do Quilômetro Rodado

QR = Número de quilômetros rodados mês

PE = Número de passageiros equivalentes mês

TP = Tarifa pública

Parágrafo único. Para fins de cálculo do valor a ser repassado a título de subsídio deverá a concessionária apresentar relatório com o total de passageiros pagantes que utilizam os serviços de transporte público coletivo no mês anterior, além de possibilitar a consulta, a qualquer tempo, das informações constantes no sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Art. 5º. Observar-se-á, na aplicação de recursos municipais para o custeio do serviço de transporte público de passageiros a proporcionalidade relativa a:

I- número de passageiros;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

II- custo do serviço;

III – quilometragem percorrida;

Art. 6º. O crédito autorizado por esta lei obedecerá à seguinte classificação orçamentária:

Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade

15451 Infra-estrutura Urbana

154510057 Planejamento Urbano

1545100571.137000 Ampliação da mobilidade e acessibilidade urbana

3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JU – 2760 – R\$ 120.000,00

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO, em 12 de setembro de 2022.

Murilo Machado Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se:

Jacson Felipe de S. Wolff

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 041/2022

Excelentíssima Senhora Presidente;
Senhores Vereadores:

Ao cumprimentar os membros deste Poder Legislativo, submeto a consideração dessa Egrégia Câmara de Vereadores o Projeto de Lei que **“autoriza o Poder Executivo a conceder a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Triunfo”**.

O Município foi demandado pela empresa Empresa Fátima Transportes e Turismo LTDA, junto ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania – CEJUSC/RS, instrumento de gestão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que objetiva apoiar o desenvolvimento de práticas que estimulem a pacificação social, alinhadas aos princípios que fundamentam a inserção das metodologias autocompositivas no Poder Judiciário.

Com objetivo principal de tentar uma composição amigável, com relação aos supostos prejuízos financeiros, enfrentados no período da Pandemia do Covid-19, perdurando até os dias atuais, referente a prestação de transporte público intermunicipal, a qual desenvolve no município, por meio de Termo Precário de concessão de serviço de Transporte coletivo de passageiros.

Durante as rodadas de conciliação junto ao CEJUSC/RS, conforme atas que compõe o processo administrativo nº 2022/06/8857, as partes chegaram a um bom termo, tendo sido definido um valor de R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) por KM rodado. Tal composição ficou muito próxima da avaliação feita pelo grupo de trabalho híbrido constituído pelo Poder Público Municipal através da Portaria nº 521/2022.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

O subsídio ora proposto, visa assegurar a modicidade da tarifa, com a finalidade de diminuir ou equilibrar o valor da tarifa pública cobrada dos usuários e incentivar a utilização do transporte público, bem como a generalidade do transporte público coletivo e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão ou permissão, ainda que precária, do serviço público de transporte público coletivo, em conformidade com a Lei Federal nº 12.587/2012, Lei Municipal nº 3.115/2022, entre outras.

Ademais, de acordo com §1º do art. 9º da Lei nº 12.587/2012, resta claro a responsabilidade do Município quanto ao custeio de todas as formas de transporte público, no âmbito do Município, inclusive prevendo a utilização de “outras fontes de custeio” para que seja possível cobrir “os reais custos do serviços prestado”.

No que tange ao valor do subsídio, destaca-se o art. 47 e 48 da Lei Municipal nº 3.115/2022, a saber:

(...)

TÍTULO V - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO I - DAS FONTES DE CUSTEIO

Art. 47. Os serviços prestados pelas empresas operadoras serão remunerados, considerando as seguintes fontes de receitas:

I - Tarifa Pública cobrada dos usuários, conforme política tarifária aplicada pelo Poder Concedente, fixada em Decreto;

II - Subsídios Orçamentários na forma da lei;

III - receitas oriundas de exploração publicitária nos veículos.

§ 1º Os subsídios orçamentários serão pagos sempre que a Tarifa Pública fixada for menor que a Tarifa Calculada.

§ 2º As receitas oriundas das fontes citadas no caput deverão cobrir os custos do sistema, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 3º As receitas oriundas de exploração publicitária deverão ser convertidas em passageiros equivalentes ou serem deduzidas dos valores de subsídios orçamentários.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

§ 4º Passagens com descontos e majorações serão transformados em passageiros equivalentes.

§ 5º A fixação de fatores de redução ou majoração sobre a Tarifa Pública será regulada pelo Poder Executivo, obedecendo a conveniência da aplicação da política tarifária adotada.

Art. 48. A prestação dos serviços será remunerada de forma a cobrir os custos do sistema, mediante as fontes de custeio estabelecidas no artigo anterior.

Parágrafo único. O somatório das receitas, considerando os incisos I, II e III, do artigo anterior, deverão cobrir os custos de operação do sistema.

(...)

Também é preciso registrar a Vossas Senhorias que o Município está prestes a publicar edital de concorrência para a concessão do transporte coletivo de passageiros. Para a confecção do termo de referência do aludido certame, o município contratou a FUNDATEC. Em seus estudos, a aludida Fundação apurou valores muito próximos dos encontrados pelo grupo de trabalho e pelo valor conciliado junto ao CEJUSC.

Ainda, o aporte financeiro para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros visa reduzir o valor da tarifa pública cobrada dos usuários e incentivar a utilização do transporte público.

Há que se ressaltar que, a situação do transporte público é caótica e, se não houver um subsídio por parte do Município, a tendência é ficar pior. Isto é, além do aumento das passagens, provavelmente ocorrerá à diminuição de transporte público coletivo no município, dificultando a locomoção da maioria dos munícipes, que dependem do transporte público para trabalharem ou realizarem outros deslocamentos necessários no dia-a-dia do cidadão.

Por fim, importante lembrar que em muitos lugares o transporte público é subsidiado pelos tributos arrecadados pelo poder concedente, e como se pode ver no dispositivo supra, é possível à utilização de outras fontes de custeio na tarifa do transporte público coletivo, para que não recaia a totalidade do custo do sistema exclusivamente sobre os passageiros pagantes possibilitando assim um equilíbrio



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

entre a prestação de serviço realizado por empresas privadas operadoras e a capacidade de pagamento da população.

Nesse contexto, tem-se que a concessão de subsídio tarifário ao transporte público coletivo (por ônibus) do Município de Triunfo trata-se de uma importante solução para a manutenção da modicidade tarifária.

Conforme justificado supra, considerando o atual cenário do transporte público nacional, não há outra forma imediata de se viabilizar a continuidade do serviço público de transporte de passageiros que não a participação direta do município na forma de subsídio.

Desta forma, estando a presente proposta em harmonia com o interesse público, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a devida aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Atenciosamente,

Murilo Machado Silva
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

**Exmº. Sr.
MARIZETE CRISTINA DE FREITAS VAZ
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
TRIUNFO-RS**

EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001 ao Projeto de Lei nº 044/2022, que: “Autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Triunfo”.

Art. 1º. O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O aporte de valores ao sistema de transporte público de passageiros fica limitado ao valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) ao mês e se dará na modalidade de subvenção econômica, a contar da publicação desta lei.”.

..... (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa, visa modificar pontualmente o referido projeto de lei no que se refere a Técnica Legislativa, sanando um simples erro material no texto legal, conforme Parecer da Consultoria Técnica n.º 031/2022, onde altera a redação do texto original sem modificá-lo substancialmente, na forma do inciso IV do art. 189 do RI.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, em 04 de outubro de 2022.

**VER. Adriano costa da silva
RELATOR**

**Ver. Joao Ernesto Rambor
PRESIDENTE**

**Ver. Glauco dos Reis da Silva
MEMBRO**